



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº030/2025 – TERMO DO CONTRATO Nº 526/2025-DLCA

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 526/2025-DLCA, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E A EMPRESA AUTO PECAS BATISTA LTDA.

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de VISEU, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU, CNPJ Nº 04.873.618/0001-17, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo Sr.º CRISTIANO DUTRA VALE, Prefeito, em conviência com a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Administração Sr.º Fernando dos Santos Vale, portador da Cédula de Identidade nº 6112653-SSP-PA e do CPF nº 005.452.782-10; SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO, neste ato representado pelo Secretário Municipal Sr.º Carlos Augusto Pinto Corrêa, portador da Cédula de Identidade nº 6035694 e do CPF nº 004.337.882-08; SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA, neste ato representado pelo Secretário Municipal Sr.º Emerson da Costa e Silva, portador da Cédula de Identidade nº 6325693 e do CPF nº 021.542.992-37, e do outro lado AUTO PECAS BATISTA LTDA, CNPJ 09.203.370/0001-09, com sede na AV JOAO PAULO II, NR 10, SAO CRISTOVAO, Capanema-PA, CEP 68701-601, de agora em diante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr.º FRANCISCO BATISTA SOUZA, portador do CPF 380.466.442-34, têm justo e contratado o seguinte:

CLÁSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE BATERIAS, FILTROS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VISEU/PA, nas condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.

1.2. Itens contratados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
0012	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE RENAULT KWID ZEN 2	3	WEGA	R\$ 24,65	R\$ 73,95
0013	FILTRO DE COMBUSTIVEL RENAULT KWID ZEN 2	3	WEGA	R\$ 28,04	R\$ 84,12
0014	FILTRO DE AR MOTOR FIAT STRADA 2021/2022	8	WEGA	R\$ 47,41	R\$ 379,28
0028	FILTRO RACOR RETROESCAVADEIRA MONITOL MBL-X900,90KLD3	4	DONALDSON	R\$ 292,26	R\$ 1.169,04
0029	FILTRO MOTOR RETROESCAVADEIRA MONITOL MBL-X900,90KLD3	8	DONALDSON	R\$ 386,56	R\$ 3.092,48



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

0030	FILTRO MOTOR AUX RETROESCAVADEIRA MONITOL MBL-X900,90KLDT3	8	DONALDSON	R\$ 383,56	R\$ 3.068,48
0031	FILTRO DE AR EXTERNO NEW HOLLAND RG140B	8	DONALDSON	R\$ 208,80	R\$ 1.670,40
0032	FILTRO DE AR INTERNO NEW HOLLAND RG140B	8	DONALDSON	R\$ 285,14	R\$ 2.281,12
0033	FILTRO DE COMBUSTÍVEL NEW HOLLAND RG140B	8	DONALDSON	R\$ 188,00	R\$ 1.504,00
0034	FILTRO TRANSMISSÃO NEW HOLLAND RG140B	8	DONALDSON	R\$ 441,79	R\$ 3.534,32
0036	FILTRO LUBRIFICANTE NEW HOLLAND RG140B	8	DONALDSON	R\$ 383,59	R\$ 3.068,72
0037	FILTRO RACOR PATROL NEW HOLLAND RG140B	8	DONALDSON	R\$ 242,31	R\$ 1.938,48
0038	FILTRO DE AR EXTERNO AGCO 4275428460	8	DONALDSON	R\$ 237,45	R\$ 1.899,60
0039	FILTRO DE COMBUSTÍVEL AGCO 4275428460	8	DONALDSON	R\$ 442,89	R\$ 3.543,12
0040	FILTRO LUBRIFICANTE AGCO 4275428460	8	DONALDSON	R\$ 367,07	R\$ 2.936,56
0041	FILTRO HIDRÁULICO AGCO 4275428460	8	DONALDSON	R\$ 295,00	R\$ 2.360,00
0042	FILTRO DE AR EXTERNO TRATOR SOLIS 90RX 4WD TSM MST 2023	8	DONALDSON	R\$ 204,00	R\$ 1.632,00
0043	FILTRO DE COMBUSTÍVEL TRATOR SOLIS 90RX 4WD TSM MST 2023	8	DONALDSON	R\$ 154,00	R\$ 1.232,00
0045	LUBRIFICANTE CAIXA DE MARCHA 90 20L	18	LUBRAX	R\$ 402,00	R\$ 7.236,00
0047	LUBRIFICANTE TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL 140 20L	18	LUBRAX	R\$ 490,00	R\$ 8.820,00
0048	LUBRIFICANTE MOTOR DIESEL 15W40 20L	336	LUBRAX	R\$ 398,00	R\$ 133.728,00
0050	LUBRIFICANTE MOTOR DIESEL 40 1L	62	LUBRAX	R\$ 33,19	R\$ 2.057,78
0051	LUBRIFICANTE MOTOR DIESEL 40 20L	29	LUBRAX	R\$ 457,00	R\$ 13.253,00
0052	LUBRIFICANTE MULT-FUNCIONAL ATF SINTÉTICO TRANSMISSÃO 1L	21	LUBRAX	R\$ 48,09	R\$ 1.009,89
0053	LUBRIFICANTE HIDRAULICO 68 20L	35	LUBRAX	R\$ 358,50	R\$ 12.547,50
0054	LUBRIFICANTE HIDRAULICO 68 1L	24	LUBRAX	R\$ 28,29	R\$ 678,96
0055	GRAXA CHASSIS 20KG	18	LUBRAX	R\$ 550,00	R\$ 9.900,00
0061	FILTRO RACOR AUXILIAR FORD CARGO 1722 ANO 2009	8	WEGA	R\$ 154,00	R\$ 1.232,00
0062	FILTRO AR EXTERNO FORD CARGO 1722 ANO 2009	8	WEGA	R\$ 129,00	R\$ 1.032,00
0063	FILTRO AR INTERNO FORD CARGO 1722 ANO 2009	8	WEGA	R\$ 149,00	R\$ 1.192,00
0064	FILTRO COMBUSTIVEL AUX. FORD CARGO 1722 ANO 2009	8	WEGA	R\$ 129,00	R\$ 1.032,00
0065	FILTRO LUBRIFICANTE FORD CARGO 1722 ANO 2009	8	WEGA	R\$ 113,00	R\$ 904,00
0066	FILTRO LUBRIF. IVECO TECTOR 170E128 ANO 2017	8	WEGA	R\$ 131,00	R\$ 1.048,00
0067	FILTRO COMBUST.IVECO TECTOR 170E128 ANO 2017	8	WEGA	R\$ 144,00	R\$ 1.152,00
0068	FILTRO RACOR S/COPO IVECO TECTOR 170E128 ANO 2017	8	WEGA	R\$ 221,00	R\$ 1.768,00
0070	FILTRO AR EXTERNO IVECO TECTOR 170E128 ANO 2017	8	WEGA	R\$ 188,50	R\$ 1.508,00
0071	FILTRO AR INTERNO IVECO TECTOR 170E128 ANO 2017	8	WEGA	R\$ 116,00	R\$ 928,00
0073	FILTRO COMBUST.CAMINHÃO/VW13.190 ANO 2012	12	WEGA	R\$ 149,00	R\$ 1.788,00
0074	FILTRO RACOR S/COPO CAMINHÃO/VW13.190 ANO 2012	15	WEGA	R\$ 207,00	R\$ 3.105,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

0075	FILTRO RACOR AUXILIAR CAMINHÃO/VW13.190 ANO 2012	12	WEGA	R\$ 159,00	R\$ 1.908,00
0077	FILTRO AR INTERNO CAMINHÃO/VW13.190 ANO 2012	18	WEGA	R\$ 123,00	R\$ 2.214,00
0078	FILTRO LUBRIFICANTE CAÇAMBA IVECO TECTOR 24280 2023	51	WEGA	R\$ 197,00	R\$ 10.047,00
0081	FILTRO COMBUSTIVEL CAÇAMBA IVECO TECTOR 24280 2023	51	WEGA	R\$ 201,00	R\$ 10.251,00
0082	FILTRO COMBUSTIVEL AUX. CAÇAMBA IVECO TECTOR 24280 2023	51	WEGA	R\$ 185,00	R\$ 9.435,00
0083	FILTRO AR CONDICIONADO CAÇAMBA IVECO TECTOR 24280 2023	60	WEGA	R\$ 281,00	R\$ 16.860,00
0084	FILTRO SECADOR CAÇAMBA IVECO TECTOR 24280 2023	9	WEGA	R\$ 249,00	R\$ 2.241,00
0085	FILTRO RACOR CAÇAMBA IVECO TECTOR 24280 2023	26	WEGA	R\$ 181,00	R\$ 4.706,00
0086	FILTRO VALVULA PU	13	WEGA	R\$ 166,00	R\$ 2.158,00
0087	FILTRO DE AR EXTERNO - PATROL 120K	8	DONALDSON	R\$ 298,00	R\$ 2.384,00
0088	FILTRO DE AR INTERNO - PATROL 120K	8	DONALDSON	R\$ 261,00	R\$ 2.088,00
0089	FILTRO DE COMBUSTÍVEL - PATROL 120K	8	DONALDSON	R\$ 176,50	R\$ 1.412,00
0090	FILTRO TRANSMISSÃO - PATROL 120K	8	DONALDSON	R\$ 356,50	R\$ 2.852,00
0091	FILTRO COMBUSTÍVEL AUX. - PATROL 120K	8	DONALDSON	R\$ 237,00	R\$ 1.896,00
0092	FILTRO LUBRIFICANTE - PATROL 120K	8	DONALDSON	R\$ 198,00	R\$ 1.584,00
0093	FILTRO RACOR PATROL - PATROL 120K	8	DONALDSON	R\$ 207,56	R\$ 1.660,48
0094	FILTRO LUBRIF. XCMG GR 1803BR 2018	8	DONALDSON	R\$ 275,43	R\$ 2.203,44
0095	FILTRO COMBUST. XCMG GR1803BR 2018	8	DONALDSON	R\$ 312,11	R\$ 2.496,88
0096	FILTRO COMBUST. AUX. XCMG GR1803BR 2018	8	DONALDSON	R\$ 242,16	R\$ 1.937,28
0097	FILTRO RACOR XCMG GR 1803BR 2018	8	DONALDSON	R\$ 313,50	R\$ 2.508,00
0098	FILTRO AR EXTERNO XCMG GR 1803BR 2018	8	DONALDSON	R\$ 276,59	R\$ 2.212,72
0099	FILTRO E AR INTERNO XCMG GR 1803BR 2018	8	DONALDSON	R\$ 240,36	R\$ 1.922,88
0101	FILTRO LUBRIF. XCMG GR 1803BR ANO 2022	8	DONALDSON	R\$ 255,49	R\$ 2.043,92
0102	FILTRO COMBUST. XCMG GR1803BR ANO 2022	8	DONALDSON	R\$ 292,50	R\$ 2.340,00
0104	FILTRO RACOR XCMG GR 1803BR ANO 2022	8	DONALDSON	R\$ 445,00	R\$ 3.560,00
0105	FILTRO AR EXTERNO XCMG GR 1803BR ANO 2022	8	DONALDSON	R\$ 274,44	R\$ 2.195,52
0106	FILTRO E AR INTERNO XCMG GR 1803BR ANO 2022	8	DONALDSON	R\$ 275,52	R\$ 2.204,16
0107	FILTRO TRANSMISSÃO XCMG GR 1803BR ANO 2022	8	DONALDSON	R\$ 531,67	R\$ 4.253,36
0108	FILTRO COMBUST. RETRO ESCAVADEIRA CASE 580N	8	DONALDSON	R\$ 260,08	R\$ 2.080,64
0109	FILTRO DE AR INTERNO - RETRO ESCAVADEIRA CASE 580N	8	DONALDSON	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00
0110	FILTRO DE AR EXTERNO - RETRO ESCAVADEIRA CASE 580N	8	DONALDSON	R\$ 362,00	R\$ 2.896,00
0111	FILTRO LUBRIFICANTE - RETRO ESCAVADEIRA CASE 580N	8	DONALDSON	R\$ 200,80	R\$ 1.606,40
0112	FILTRO RACOR - RETRO ESCAVADEIRA CASE 580N	8	DONALDSON	R\$ 325,00	R\$ 2.600,00
0113	FILTRO HIDRAULICO - RETRO ESCAVADEIRA CASE 580N	8	DONALDSON	R\$ 482,38	R\$ 3.859,04



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

0114	FILTRO RACOR - RETRO ESCAVADEIRA JHON DEER 310K	8	DONALDSON	R\$ 217,65	R\$ 1.741,20
0115	FILTRO COMBUSTIVEL - RETRO ESCAVADEIRA JHON DEER 310K	8	DONALDSON	R\$ 199,00	R\$ 1.592,00
0117	FILTRO LUBRIFICANTE RETRO ESCAVADEIRA JHON DEER 310K	8	DONALDSON	R\$ 192,00	R\$ 1.536,00
0119	FILTRO DE AR INTERNO RETRO ESCAVADEIRA JHON DEER 310K	8	DONALDSON	R\$ 195,00	R\$ 1.560,00
0120	FILTRO RACOR - RETROESCAVADEIRA XCMG GTX 870BR ANO 2018	8	DONALDSON	R\$ 299,00	R\$ 2.392,00
0121	FILTRO COMBUSTIVEL - RETROESCAVADEIRA XCMG GTX 870BR ANO 2018	8	DONALDSON	R\$ 281,00	R\$ 2.248,00
0135	FILTRO DE AR INTERNO CARREGADEIRA WA200 ANO 2010	8	DONALDSON	R\$ 164,00	R\$ 1.312,00
0138	LUBRIFICANTE TRANSMISSÃO 10W30 20L	8	DONALDSON	R\$ 556,00	R\$ 4.448,00
0140	LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO DIFERENCIAL E TRANSMISSÃO 75W80	13	DONALDSON	R\$ 54,00	R\$ 702,00
TOTAL					R\$ 378.095,72

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) A Proposta do Contratado;
- c) Eventuais anexos dos documentos supracitados

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor total deste contrato é de R\$ 378.095,72 (trezentos e setenta e oito mil, noventa e cinco reais e setenta e dois centavos).

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Este contrato origina-se no processo de nº PE 030-2025 SRP, na modalidade PREGÃO e fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 3 (três) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Parágrafo único. O prazo acima poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da CONTRATADA, durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

pela Administração.

4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Parágrafo único. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5.1. Este Contrato terá validade e eficácia legal iniciando-se imediatamente a partir da data de sua assinatura e estendendo-se até 31 de Dezembro de 2025.

Parágrafo único. O período acima poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

II - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

III - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

V - Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

VI - Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

VII - Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

VIII - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

IX - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

II - Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

III - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, Lei 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

IV - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

V - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VI - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d)** Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

VIII - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

IX - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

X - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

XI - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

XII - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

XIII - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIV - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

XV - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

7.2. É vedado à CONTRATADA:

I - A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a vigência deste Contrato;

II - A veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e

III - A subcontratação de outra empresa para o fornecimento do produto objeto deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

I - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

II - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

III - O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CLÁUSULA NONA - DA DESPESA

9.1. A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária do exercício de 2025.

0202 GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.004 MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO

04 122 0002 2.143 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SUBPREFEITURA

3.3.90.30.00 Material de Consumo

0303 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

04 091 0002 2.006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA MUNICIPAL

3.3.90.30.00 Material de Consumo

0404 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

04 125 0002 2.007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA MUNICIPAL

3.3.90.30.00 Material de Consumo

0505 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

04.122.0002.2.008 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

06 181 0059 2.011 IMPLANTAÇÃO EQUIPAGEM E MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL

06 181 0059 2.012 DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO MUNICIPAL

04 122 0002 2.013 APOIO AO SERVIÇO ELEITORAL

04 182 0002 2.127 AÇÕES DA DEFESA CIVIL

04 122 0002 2.146 EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA PM -ADM

3.3.90.30.00 Material de Consumo

0606 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

04.123.0004.2.014 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE FINANÇAS

3.3.90.30.00 Material de Consumo

0707 SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

04 121 0002 2.015 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

3.3.90.30.00 Material de Consumo

1212 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESPORTO

27 122 0002 2.068 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER

27 812 0011 2.069 APOIO AO DESPORTO AMADOR

27 812 0011 2.138 GESTÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA DESPORTO E LAZER

20 605 0020 2.073 APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL

3.3.90.30.00 Material de Consumo

1313 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

20 122 0002 2.071 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

20 605 0020 2.073 APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL

3.3.90.30.00 Material de Consumo

1515 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO

15 122 0002 2.083 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO

15 452 0017 2.084 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA URBANA E RURAL



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

17 512 0016 2.085 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTO
15 452 0055 2.087 MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL
15 451 0028 2.088 MANUTENÇÃO DE PRAÇA, JARDINS E ESPAÇOS PÚBLICOS
27 812 0028 2.089 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GINÁSIOS E QUADRAS POLIESPORTIVAS
04 122 0002 2.144 EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA PREFEITURA MUNICIPAL
-URBANISMO
3.3.90.30.00 Material de Consumo

1818 SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA

04 122 0053 2.117 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA
04 122 0053 2.118 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA PISCICULTURA PESCA ARTESANAL
3.3.90.30.00 Material de Consumo

2020 SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE

04 122 0002 2.120 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE
3.3.90.30.00 Material de Consumo

2121 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA

26 122 0002 2.121 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE TRANSPORTES E INFRA
ESTRUTURA
06 122 0002 2.122 MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS E RURAIS
26 782 0036 2.123 MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
26 784 0058 2.124 MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO PONTES E TRAPICHES
26 782 0028 2.125 MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO E HIDROVIÁRIO
MUNICIPAL
04 122 0002 2.145 EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A PMV - INFRA ESTRUTURA
3.3.90.30.00 Material de Consumo

2222 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO

23 334 0002 2.126 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E TURISMO
3.3.90.30.00 Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente ou cheque nominal ao fornecedor no prazo de 10 (dez) dias contados da apresentação dos documentos junto a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

10.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo único. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições de consumo ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

10.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.8. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo único. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

- 11.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2.** O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 11.3.** As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

- 12.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23 de Maio de 2025
- 12.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade
- 12.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.4.** No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 12.5.** Caso o IPCA venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 12.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato;

II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Der causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

IX - Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 13.1 deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 13.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

IV - Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

I - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a)** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b)** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c)** Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

16.1. Fica eleito o Foro da cidade de VISEU, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

16.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

VISEU - PA, 23 de Setembro de 2025.

CRISTIANO DUTRA VALE
MUNICIPIO DE VISEU
CNPJ 04.873.618/0001-17
CONTRATANTE

FERNANDO DOS SANTOS VALE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CPF Nº 005.452.782-10
CONTRATANTE

CARLOS AUGUSTO PINTO CORRÊA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
CPF Nº 004.337.882-08
CONTRATANTE

EMERSON DA COSTA E SILVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA
CPF Nº 021.542.992-37
CONTRATANTE



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

FRANCISCO BATISTA DE SOUZA
AUTO PECAS BATISTA LTDA
C.N.P.J. nº 09.203.370/0001-09
CONTRATADO

Testemunhas:

1. _____

2. _____

